O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus

As movimentações dos impostos diferidos ocorreram da seguinte forma:

	Ativo	Passivo
Saldo em 1º de janeiro de 2022	12.698	20
(-) Diminuição	(1.665)	(30)
(+) Aumento	1.968	10
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.001	
(-) Diminuição	(1.409)	
(+) Aumento	254	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.846	

Intangível

Custo/Ativos Intangiveis	Saldo líquido 31/12/2022	Adições	Transfe- rências	Baixas	Saldo líquido 31/12/2023
Terrenos	1.300	0	0	0	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	7.593	241	0	0	7.834
Máquinas e equipamentos	1.712	888	0	0	2.600
Veículos	1.898	2.165	0	0	4.063
Móveis e utensílios	2.286	68	0	0	2.354
Computadores e periféricos	6.656	694	0	0	7.350
Softwares	4.886	364	0	0	5.250
Sistema de distribuição de gás natural	297.888	693	15.542	0	314.123
(-) Impairment sist.de dist.de gås natura		0	0	0	(29.089)
() imperiment sector distinct ges natura	295.129	5.113	15.542	0	315.785
Amortização	235,125	3.113	13.542		313.703
Edificações, obras e benfeitorias	(1.819)	(692)	0	0	(2.511)
Máquinas e equipamentos	(990)	(141)	0	0	0.0000000
Veículos			0	0	(1.131)
Móveis e utensílios	(951)	(222)	0	0	(1.173)
	(1.503)	(160)			(1.663)
Computadores e periféricos	(3.353)	(512)	0	0	(3.865)
Softwares	(3.227)	(263)	0	0	(3.490)
Sistema de distribuição de gás natural	(184.787)	(16.656)	0	0	(201.443)
	(196.630)	(18.646)	0	0	(215.276)
Obras em andamento					
Sistema de distribuição de gás natural	12.792	14.302	(13.252)	0	13.842
Almoxarifado - mercadoria a receber	0	6.441	0	0	6.441
Almoxarifado de projetos	6.719	3.087	(2.290)	0	7.516
	19.511	23.830	-15.542	0	27.799
Ativo financeiro	(21.667)	(10.026)	0	0	(31.693)
Subvenção governamental	358		0		358
	96.701	271			96.973
Custo/Ativos Intangíveis	Saldo líquido 31/12/2021	Adições	Transfe- rências	Baixas	Saldo líquido 31/12/2022
Terrenos	1.300	0	0	0	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	5.949	167	1.477	0	7.593
Máquinas e equipamentos	1.647	65	0	0	1.71
Veículos	1.501	397	0	0	1.898
Móveis e utensilios	2.073	213	0	0	2.286
Computadores e periféricos	6.541	115	0	0	6.656
Softwares	4.479	407	0	0	4.886
Sistema de distribuição de gás natural	269.040	674	28.173	0	297.887
(-) Impairment sist.de dist.de gás natural	(29.089) 263.441	2.038	29.650	0	(29.089 295.129
Amortização					
Edificações, obras e benfeitorias	(1.195)	(624)	0	0	(1.819
Máquinas e equipamentos	(879)	(111)	0	0	(990
Veículos	(781)	(170)	0	0	(951
Móveis e utensílios	0.000000000	V0370000	0	0	700
Computadores e periféricos	(1.346)	(157)	0	0	(1.503
	(2.859)	(494)			(3.353
Softwares	(2.988)	(239)	0	0	(3.227
Sistema de distribuição de gás natural	(169.258)	(15.534)	5	0	(184.787
Obras em andamento	(179.306)	(17.329)	5	0	(196.630
Sistema de distribuição de gás natural	25.834	14.694	(27.736)	0	12.79
Almoxarifado de projetos	8.332	305	(1.919)	1	6.719
NOW THE PROPERTY OF THE PARTY O	34.166	14.999	-29.655	1	19.511
Ativo financeiro	(8.789)	(12.878)	0	0	(21.667
Subvenção governamental	0	358	0	0	358

conforme art. 179 item VI em atendimento ao art. 176 sendo ambos art. da Lei 6.404 de 14/12/1976, é de 10 anos conforme a taxa de amortização de 10% prevista no contrato de concessão. O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de distribuição de gás natural canalizado e demais compras de bens móveis e foram reconhecidos pela diferença entre o total dos investimentos realizados, em fase de produção, e o valor reconhecido como "Ativo financeiro".

109.512 (12.812)

A Companhia entende que o prazo de vida útil dos ativos intangíveis em concessão, classificados

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de

A Companhia tem assinado com o Estado um Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilibrio entre a receita e os custos da atividade

Portanto, 10 anos é o prazo padrão de consumo do benefício econômico gerado pelos ativos intangíveis e, consequentemente, da sua vida útil estimada. Neste sentido a Administração considera que a sua interpretação atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, além de retratar com transparência a aderência delas ao negócio da Companhia.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos

investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão. A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor

igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo. A partir de 2008, com o advento da Lei nº 11.638/07, a Companhia vem realizando estudos visando à avaliação da provisão constituída, adotando-se o método de fluxo de caixa descontado. A Companhia adota a taxa IGP-DI para ajustar ao valor presente o seu ativo financeiro, a taxa é divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Companhia aplica a referida taxa, a qual está definida no contrato de concessão para remuneração dos investimentos efetuados nos últimos 10

(dez) anos da concessão.

Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de gás natural	46.063	72.255
Fornecedores diversos	9.052	2.771
	55.115	75.026

A Petróleo Brasileiro S.A.-PETROBRAS, é o único fornecedor de gás natural canalizado na região da Companhia.

11. Empréstimos e financiamentos

Banco do Brasil/FCO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	4.901	4.829
Não Circulante	4.905	9.772
	9.806	14.601

Os financiamentos com recursos do Banco do Brasil em linha com FCO e destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de distribuição de gás natural canalizado cujo contrato tem vencimento previsto para 01/12/2025 e o mesmo é atualizado pela taxa de 4,12% a.a. sendo que há redução de 15% por adimplência, resultando em uma taxa efetiva de 3,5% a.a.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos em 2024 corresponde ao ativo circulante e em 2025 ao ativo não circulante, sendo que o vencimento da última parcela será em 01/12/2025.

2024	2025	Total
4.901	4.905	9.806

Garantia

O empréstimo de FCO do Banco do Brasil está garantido por títulos vencíveis no percentual de 112% do saldo devedor, enviados em cobrança mensalmente via boletos bancários emitidos na MODALIDADE CARTEIRA 17 no próprio Banco do Brasil.

12. Obrigações trabalhistas

Provisão de férias e encargos	3.358	3.175
Participação nos lucros e resultados	2.091	2.207
Outras obrigações trabalhistas	757	674
	6.206	6.056

31/12/2023 31/12/2022

Adiantamento de Clientes

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos de clientes	65.897	19.123
Ajustes a valor justo (a)	5.590	8.672
	71.487	27.795
Circulante	70.364	23.070
Não circulante	1.123	4.725
	71.487	27.795

Débitos nas operações de venda de gás e distribuição e ajuste a valor justo O saldo de débitos nas operações de venda de gás e distribuição, R\$ 65.897 (R\$

19.123 em 2022), se referem ao saldo das operações comerciais. Quanto ao saldo de ajuste a valor justo sobre débitos nas operações de gás e distribuição, R\$ 5.590 (R\$ 8.672 em 2022) se refere ao ajuste a valor justo dos débitos gerados pelas operações comerciais realizadas com clientes.

Os débitos nas operações de aquisição de gás e distribuição, referem-se ao contrato de venda de gás natural e contrato de prestação de serviços de distribuição de gás natural canalizado firmado com a Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras em 06 de fevereiro de 2001, onde o mesmo prevê que, se caso o cliente não retire/movimente a quantidade mínima definida, fará o pagamento da diferença entre a retirada/movimentação e o mínimo na forma de adiantamento para que seja compensado em períodos futuros. Tais valores são controlados em quantidade (m³), desta forma, o valor sofre o ajuste do valor justo em função das variações tarifárias que ocorrem durante o exercício.

O vencimento do contrato de prestação de serviços de distribuição de gás natural canalizado distribuição de serviços é tratado na Cláusula Nona, sendo a versão atual a do Primeiro termo Aditivo, com a seguinte redação:

"CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente CONTRATO será válido a partir de sua assinatura e seu término ocorrerá no prazo de 20 (vinte) ANOS contados a partir do INÍCIO DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL ou na data de término do CONTRATO PETROBRAS-PIEE, considerados todos os seus eventuais aditamentos, a que ocorrer por último. Na hipótese de o contrato PRETROBRAS-PIEE ser prorrogado, este CONTRATO será automaticamente prorrogado pelo mesmo prazo."

Em 16 de novembro de 2020, a Companhia recebeu uma comunicação da Petróleo Brasileiro S.A., informando, não haver interesse em aditar ou renovar o contrato vigente, com isso, a Companhia reconheceu em novembro de 2020 e continuou reconhecendo mensalmente, a receita dos saldos de adiantamentos considerados irrecuperáveis de acordo com a expectativa de prestação de serviços até o final do contrato que se deu em 30/04/2023. O saldo dos débitos nas operações de distribuição da Petróleo Brasileiro S.A. corresponde a RS zero (RS 3.201 em 2022)

14. Juros sobre capital próprio

Em 2023, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R\$ 10.521 (em 2022, R\$ 8.470), os quais foram pagos dentro de cada ano, referente a juros sobre capital próprio em substituição aos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente. Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, foi aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, está assim realizada: Estado de Mato Grosso do Sul R\$ 5.366 e Commit Gás S.A. R\$ 5.155 e pago em 2023 (R\$ 4.320 e 4.150 pago em 2022).

Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Dividendos a pagar

Os dividendos a pagar se referem aos dividendos complementares obrigatórios de 25% do lucro líquido após as destinações para reservas conforme regido pelo estatuto social da Companhia.

31/12/2023 31/12/2022

2022

2023

1.524	3.750
1.465	3.603
2.989	7.353
	1.465

16. Contingências

	Trabalhista	Trabalhista
Saldo em 01 de janeiro	361	452
Adições		
Reversões		
Baixas	(307)	(91)
Saldo em 31 de dezembro	54	361

Processos judiciais com probabilidade de perda provável A Companhia é parte integrante em ações judiciais referentes às questões trabalhistas e cíveis, as

quais são consideradas pelos advogados como prováveis de perda e são registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 54 (R\$ 361 em 2022). Não nenhuma ação classificada com prognóstico de possível perda.

Patrimônio líquido a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 78.340 (R\$ 61.610 em 2022), está representado

por 26.113.332 (vinte e seis milhões, cento e treze mil e trezentos e trinta e duas) ações ordinárias e 52.226.668 (cinquenta e dois milhões, duzentos e vinte e seis mil e seiscentos e sessenta e oito) ações preferenciais, todas de classe única, nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 cada e inconversíveis de uma espécie em outra (em 2022 eram 61.610.000 ações, sendo 20.536.666 ações ordinárias e 41.073.334 ações preferenciais).

A reserva de lucros da Companhia é composta por: Reserva legal, constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos

em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 15.260 (o valor em 2022 era R\$ 12.322). Retenção de lucros é R\$ 65.758 (R\$ 52.216 em 2022) e o Resultado a disposição dos acionistas,

termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, para o exercício findo

constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício após as destinações de reservas,

distribuições de dividendos obrigatórios e qualquer outra destinação necessária, o montante em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 37.438 (R\$ 44.977 em 31 de dezembro de 2022).

Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Revenda de gás natural		1
Veicular	10.433	15.587
Industrial	667.526	911.983
Industrial - encargo de capacidade	13.862	4.575
Comercial	21.320	19.796
Residencial	11.233	10.232
Cogeração	2.645	2.680
Vendas incorridas e não faturadas	(6.515)	14.046
	720.504	978.899
Serviços de transporte de gás natural		
Térmico serviço	7.044	5.615
Vendas incorridas e não faturadas	861	(614)
	7.905	5.001
-) Deduções da receita		
PIS-PASEP	(9.940)	(13.415)
COFINS	(45.784)	(61.791)
CMS	(118.009)	(162.447)
SS	(352)	(280)
Devoluções e descontos incondicionais	(1.884)	(1.940)
	(175.969)	(239.873)
Receita operacional líquida	552.440	744.027

As vendas incorridas e serviços prestados e não faturadas são originadas pelos ciclos de medição, sendo que parte realizada no mês, fica para faturamento no fechamento do ciclo no mês seguinte, enquanto a apropriação contábil e reflexos tributários são efetuados no mês de competência.

A receita líquida teve uma variação relevante devido a diminuição do valor/preço da molécula, ocasionada pela desvalorização do Brent e do dólar no comparativo de 2022, além da redução do volume de vendas no mercado cativo (-12%), principalmente pelo segmento industrial, no qual está concentrado o maior volume da Companhia, e na redução do despacho térmico (-29%), devido ao maior nível dos reservatórios de água em 2023.

Custos dos produtos vendidos

	31/12/2023	31/12/2022
Compra de gás natural	(585.463)	(837.179)
Pessoal	(6.369)	(8.217)
Outros	(3.788)	(3.763)
Amortização do intangível	(15.261)	(14.414)
(-) Créditos de impostos	144.522	216.271
	(466.359)	(647.302)

24/42/2022

Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(21.013)	(17.565)
Serviços de terceiros	(3.520)	(3.532)
Impostos, taxas e contribuições	(5.349)	(7.674)
Penalidades retirada de gás a menor/maior	(1.603)	(1.288)
Perdas com ajustes a valor justo	(1.043)	(7.258)
Amortização	(2.434)	(2.352)
Outros	(1.540)	(3.210)
	(36.502)	(42.879)

Outras receitas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Penalidades retirada de gás a menor/maior	3.015	1.668
Créditos de PIS e COFINS pós Trânsito em Julgado		9
Ganhos com ajustes a valor justo	3.094	426
Ganhos com adiantamentos/serviços não utilizados	15.119	27.304
Outras Receitas	498	119
	21.726	29.526

Ganhos com adiantamento/serviços não utilizados

Receita proveniente do registro que a Companhia realizou após ter recebido a comunicação do cliente UTE Três Lagoas com data de 16/11/2020 manifestando não ter interesse no aditamento ou renovação do contrato de prestação de serviços de distribuição nas mesmas condições que originou os saldos adiantados, foi reconhecida a receita dos adiantamentos considerados irrecuperáveis de acordo com a expectativa de prestação de serviços até o final do contrato.

Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de aplicações financeiras	13.599	7.718
Selic sobre créditos PIS e COFINS		2.010
Juros e multas	364	2.515
Descontos obtidos	94	116
juros sobre atualização de ativo financeiro	476	446
Outras	13	1
	14.546	12.806
Despesas financeiras		
juros sobre empréstimos e financiamentos	(534)	(696)
Juros passivos	(4.191)	(2.403)
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	(231)	(181)
Descontos concedidos	(16)	(67)
Outras	(273)	(364)
	(5.245)	(3.711)
Resultado financeiro líquido	9.301	9.095

23. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota representa informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo. São adotadas políticas e processos de mensuração e de gerenciamento dos riscos.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- · Risco de crédito; Risco de liquidez:
- · Risco de mercado.

b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir.

d) Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi: 31/12/2023 31/12/2022

Risco de liquidez		
	202.091	197.708
Ativo financeiro	32.419	23.327
Contas a receber	75.371	106.864
Caixa e equivalentes de caixa	94.301	67.517

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as

obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam

ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia possui adiantamentos ativos no valor de R\$ 30.846 (em 2022 zero), e adiantamentos passivos no montante de R\$ 63.250 (R\$ 27.795 em 2022), que são controlados em quantidades de m³ de gás natural, sofrendo com isso, variação no valor justo em razão da variação tarifária do gás